

Tibagi Energia SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tibagi Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento de receita

Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento, existem alguns riscos a serem endereçados, a saber: (i) o risco de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento; e o (ii) o risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia. Devido a esses fatos consideramos o reconhecimento da receita como o principal assunto de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita, considerando a natureza da receita, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) execução de procedimentos analíticos substantivos e seleção de transação de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos documentos-suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; (iv) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.10 e nº 13, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 22 de fevereiro de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.838	19.412	Fornecedores	8	7.168	9.777
Aplicação financeira vinculada	4	42.259	32.289	Debêntures	9	8.661	6.680
Contas a receber	5	5.437	3.484	Obrigações sociais e tributárias		679	514
Impostos a recuperar		756	217	Provisão para gastos socioambientais	10	3.130	2.013
Despesas antecipadas	6	<u>601</u>	<u>672</u>	Outras contas a pagar		<u>1.625</u>	<u>151</u>
Total do ativo circulante		<u>57.891</u>	<u>56.074</u>	Total do passivo circulante		<u>21.263</u>	<u>19.135</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outras receitas operacionais				Debêntures	9	219.851	209.489
Imobilizado	7	214.505	240.394	Provisão para gastos socioambientais	10	<u>2.084</u>	<u>4.093</u>
Intangível		<u>2.981</u>	<u>370</u>	Total do passivo não circulante		<u>221.935</u>	<u>213.582</u>
Total do ativo não circulante		217.486	240.764	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
				Capital social		29.752	79.055
				Reservas de capital		2.900	10.000
				Prejuízos acumulados		<u>(473)</u>	<u>(24.934)</u>
				Total do patrimônio líquido		32.179	64.121
TOTAL DOS ATIVOS		<u>275.377</u>	<u>296.838</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>275.377</u>	<u>296.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	13	44.525	9.032
CUSTO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA	14	(10.999)	(1.306)
LUCRO BRUTO		<u>33.526</u>	<u>7.726</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas	14	(7.844)	(9.882)
Pessoal	14	(2.931)	(2.711)
Outras receitas operacionais	14	<u>1.602</u>	-
Total		<u>(9.173)</u>	<u>(12.593)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>24.353</u>	<u>(4.867)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	2.446	516
Despesas financeiras	15	<u>(25.010)</u>	<u>(4.952)</u>
Total		<u>(22.564)</u>	<u>(4.436)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		<u>1.789</u>	<u>(9.303)</u>
Impostos sobre lucro - corrente	16	(2.262)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(473)</u>	<u>(9.303)</u>
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	19	(0,000)	(0,000)
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	19	0,606	(0,122)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(473)	(9.303)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(473)</u>	<u>(9.303)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social Capital social subscrito	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		79.055	10.000	(15.631)	73.424
Prejuízo do exercício		-	-	(9.303)	(9.303)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		79.055	10.000	(24.934)	64.121
Aumento de capital	11.a	7.693	(7.100)	-	593
Redução de capital	11.b	(56.996)	-	24.934	(32.062)
Prejuízo do Exercício		-	-	(473)	(473)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>29.752</u>	<u>2.900</u>	<u>(473)</u>	<u>32.179</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(473)	(9.303)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	14	5.361	1.198
Encargos financeiros e atualizações monetárias sobre debêntures	9	20.993	6.169
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas		(155)	(320)
Encargos financeiros e atualizações sobre saldo com partes relacionadas		-	6.237
Baixa do Imobilizado	7	30.280	2.078
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Aplicações financeiras vinculadas		(9.815)	(31.969)
Contas a receber de clientes		(1.953)	(3.484)
Impostos a recuperar		(539)	(148)
Despesas antecipadas		71	119
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.839)	4.039
Obrigações sociais e tributárias		2.338	184
Outras contas a pagar		1.474	113
Subtotal		44.743	(25.087)
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Pagamento de juros sobre debêntures	9	(8.650)	-
Juros e atualização sobre saldo com partes relacionadas pagos		-	(7.485)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(2.173)	-
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais		33.920	(32.572)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7 e 20	(7.834)	(115.362)
Pagamento de gastos socioambientais - imobilizado	10	(1.682)	(10.198)
Aquisição de intangível		(2.916)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(12.432)	(125.560)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		-	89.656
Captação de debêntures	9	-	210.000
Pagamento de saldos com partes relacionadas		-	(128.866)
Redução de Capital	11 e 20	(32.062)	-
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de financiamento		(32.062)	170.790
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(10.574)	12.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	19.412	6.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	8.838	19.412
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(10.574)	12.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tibagi Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015. Está localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia do Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná, bem como a geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Portaria nº 486/2015, para funcionar como UHE pelo prazo de 35 anos.

A Companhia firmou contrato de compra e venda de energia de longo prazo. No Leilão 04/2015, a hidroelétrica firmou Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade de quantidade de energia, para o montante de 19MW médios, com início de suprimento em 1/1/2020. O preço de venda da energia contratada no leilão foi de R\$209,50 (duzentos e nove reais e cinquenta centavos)/MWh referenciado ao mês abril de 2015. O preço e venda serão atualizados anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de janeiro.

O CCEAR é um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do ACR, como decorrência dos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes e de novos empreendimentos.

Adicionais 1,2MW médios foram comercializados no âmbito do Leilão 04/2019, com início de suprimento em janeiro de 2025, ao preço de R\$157,08Mwh, referenciado a outubro/2019 e atualizado anualmente sempre no mês de janeiro de cada ano.

A Companhia repactuou o risco hidrológico na modalidade SP100, conforme Despacho ANEEL 3256/2019. Em contrapartida, em janeiro/2020 a Companhia começou a pagar, o respectivo prêmio de repactuação do risco hidrológico no valor de R\$21,41/MWh, referenciado a janeiro de 2019, e aplicados sobre o montante de 19MW médios comercializados no ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

A Companhia por meio da Portaria nº 190/2017, está enquadrada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.PR.032923-01.

Conforme Portaria nº486/2015, a Companhia precisa cumprir algumas obrigações regulatórias durante o processo de implantação e operação para não incorrer em penalidades. Considerando a data-base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente as obrigações exigidas até aquela data.

A Companhia iniciou a operação comercial no último trimestre de 2019, tendo a primeira unidade geradora sido autorizada pela ANEEL em 05 de outubro de 2019, a segunda em 14 de novembro de 2019 e a terceira em 06 de dezembro de 2019, por meio dos despachos nº 2750/2019, 3174/2019 e 3401/2019, respectivamente.

No dia 11 de março de 2020, em razão da contínua propagação da doença “COVID-19”, a Organização Mundial da Saúde declarou uma pandemia e, em decorrência disso, as autoridades do mundo todo estipularam diversas restrições à circulação de pessoas e funcionamento de empresas e estabelecimentos comerciais, fato que impactou diversos setores da economia.

Como reflexo desse cenário, ao longo do ano de 2020, a Companhia foi notificada por algumas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, com as quais a Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, alegando desequilíbrio financeiro ocasionado pelo confronto de suas receitas efetivamente arrecadadas, que teriam sofrido redução em razão da pandemia de COVID-19, em vista dos alegados impactos relacionados à queda de mercado, à redução de arrecadação e ao aumento na inadimplência de consumidores, e o conjunto de suas despesas com encargos, impostos e valores devidos na cadeia de suprimento de energia, entre outros. As distribuidoras notificantes foram: (i) Enel Distribuição Ceará (atual denominação da Companhia Energética do Ceará – Coelce); (ii) Equatorial Maranhão (atual denominação da Companhia Energética do Maranhão); (iii) Light Serviços de Eletricidade S.A.; (iv) Enel Distribuição São Paulo (atual denominação da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.); (v) Ampla Energia e Serviços S.A.; (vi) Celg Distribuição S.A. – Celg D; (vii) Roraima Energia S.A.; (viii) Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA; (ix) Companhia Energética de Pernambuco - CELPE; e (x) Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN).

Por meio da notificação, as Distribuidoras indicaram que eventuais efeitos adversos provocados por esse desequilíbrio econômico, tal como atrasos nos pagamentos, seriam comunicados à Companhia em momento posterior. A Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e, até o presente momento, não foi contatado novamente por nenhuma dessas distribuidoras, e não sofreu nenhum impacto decorrente as alegações realizadas pelas distribuidoras. Além disso, considerando que as atividades de geração e comercialização de energia desenvolvidas pela Companhia foram classificadas como atividades essenciais e que, por essa razão, não devem ser interrompidas durante a pandemia, a operação da Companhia e suas receitas operacionais não foram impactadas pelas restrições impostas em razão da pandemia da Covid-19.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, vide detalhamento na nota explicativa 2.11.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas nos itens a seguir.

2.4. Tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados com base no lucro presumido com percentual de presunção de 8% para o imposto de renda e de 12% para a contribuição social, aplicando para o imposto de renda a alíquota de 15%, acrescido de 10% de adicional sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$60 mil em cada trimestre, e, para a contribuição social foi aplicada a alíquota de 9%.

2.5. Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e preferenciais, que são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais, enquanto as ações preferenciais não conferem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia, e poderão ser resgatadas a critério da Companhia, observando as disposições do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas. As ações preferenciais farão jus, ainda, a dividendo especial, calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia se dá em conformidade com as regras previstas no Art. 202 da Lei nº 6404/1976 e quando consignados ao final do exercício são reconhecidos como passivo.

2.6. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil e nas taxas de depreciação de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovado na resolução normativa nº 647, de 11 de agosto de 2015, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando existe a expectativa de recuperação de alguns ou de todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão com relação a um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de Receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE (Câmara de Comércio de Energia Elétrica) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, de modo que todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

2.11. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”. Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

“Impairment” de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu a abordagem de “perda incorrida” do CPC 38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada (“Expected Credit Loss - ECL”). O novo modelo de “impairment” aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplicam aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 - IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

A Companhia reavalia a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a “impairment”.

Uma perda por “impairment” é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

2.12. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- a) Provisão para gastos socioambientais: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de cumprimento das condicionantes ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como estimativas de gastos, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- b) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.
- c) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado, sendo que as taxas de depreciação atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	250	14
Aplicações financeiras	<u>8.588</u>	<u>19.398</u>
Total	<u>8.838</u>	<u>19.412</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se aplicações em CDB, com rendimentos próximos a 100% do CDI, além de aplicações de resgate automático, remuneradas a taxas que variam de 9,4% a 100% do CDI de forma progressiva, à medida que a aplicação permaneça no banco.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações financeiras vinculadas (a)	24.242	23.218
Fundos de investimento (b)	<u>18.017</u>	<u>9.071</u>
Total	<u>42.259</u>	<u>32.289</u>

- a) As aplicações financeiras vinculadas são aquelas referentes às contas vinculadas à emissão de debêntures efetuada pela Companhia. Para efetuar movimentação sobre essas aplicações a Companhia precisa da autorização do seu agente fiduciário. Essas aplicações financeiras referem-se aplicações em CDB, com rendimentos próximos a 100% do CDI, além de aplicações de resgate automático, remuneradas a taxas que variam de 9,4% a 100% do CDI de forma progressiva, à medida que a aplicação permaneça no banco. Do saldo total em 31/12/2020, R\$ 10.205 estavam alocados na Conta Provisão para o pagamento dos Juros e Amortização das Debêntures, que efetivamente ocorreu em 15/01/2021, e R\$3.829 estavam disponíveis na Conta Centralizadora, conta transitória que centraliza os recebimentos de todos e quaisquer valores que venham a ser pagos à Companhia, que aguardavam apenas comando do Agente Fiduciário para transferência à conta livre movimento, o que ocorreu em janeiro de 2021.
- b) Saldo referente a aplicações financeiras atreladas às contas de livre movimento da Companhia, efetuadas em fundos de investimentos, que tem como referência a remuneração de 100% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes Energia Elétrica Faturada	1.363	-
Clientes Energia Elétrica a Faturar	<u>4.074</u>	<u>3.484</u>
Total	<u>5.437</u>	<u>3.484</u>

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Seguros a apropriar</u>		
Responsabilidade civil	74	445
Riscos de engenharia	154	187
Riscos corporativos	-	40
Riscos operacionais	<u>373</u>	<u>-</u>
Total	<u>601</u>	<u>672</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	31/12/2020		31/12/2019
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.373	-	12.373	12.358
Usina		180.434	(5.185)	175.249	174.162
Turbina Hidráulica	2,50%	32.302	(892)	31.410	4.508
Geradores	3,33%	11.768	(419)	11.349	37.066
Comporta	3,33%	6.753	(281)	6.472	6.538
Estrutura de tensão	3,51%	5.816	(247)	5.569	4.719
Casa de força produção hidráulica	3,33%	23.162	(547)	22.615	20.609
Reservatório, barragem, adutora	2%	85.772	(2.124)	83.648	86.246
Outros	3,75%	14.861	(675)	14.186	14.476
Construções em andamento	-	-	-	-	25.792
Adiantamentos a fornecedores	-	1.591	-	1.591	10
Provisão para gastos socioambientais	-	3.149	-	3.149	6.106
Custos de empréstimos capitalizados	3,33%	19.291	(803)	18.488	19.199
Outros	8,44%	3.708	(53)	3.655	2.767
Total		220.546	(6.041)	214.505	240.394

Evolução do Imobilizado

A movimentação do saldo da conta imobilizado é apresentado a seguir:

	Terrenos	Usina	Construções em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Provisão para gastos socioambientais	Custo de empréstimos capitalizados	Outros	Total
Saldos em 31/12/2018	2.285	-	83.537	21.821	12.518	1.248	576	121.985
Adições	10.073	-	58.597	26.713	3.786	18.082	4.220	121.471
Baixa	-	-	(2.078)	-	-	-	-	(2.078)
Depreciação	-	(877)	-	-	-	(92)	(15)	(984)
Transferência	-	175.039	(114.264)	(48.524)	(10.198)	(39)	(2.014)	-
Saldos em 31/12/2019	12.358	174.162	25.792	10	6.106	19.199	2.767	240.394
Adições	676	4.427	1.365	2.345	52	92	490	9.447
Baixa	(661)	(13)	(26.730)	(381)	(1.962)	-	(533)	(30.280)
Depreciação	-	(4.205)	-	-	-	(803)	(48)	(5.056)
Transferência	-	878	(427)	(383)	(1.047)	-	979	-
Saldos em 31/12/2020	12.373	175.249	-	1.591	3.149	18.488	3.655	214.505

Baixa de imobilizado – Construções em andamento

	2020
Subestação Tibagi 138 kV e Linhas de Transmissão associadas	(a)
Subempreiteiros	(10.313)
Indenizações e Desapropriações	(3.268)
Serviços Técnicos Profissionais	(680)
Linha de Transmissão	(1.917)
Máquinas e Equipamentos	(9.745)
	<u>(25.923)</u>
Doação Bay de Conexão da UHE na SE Tibagi	(b)
Copel Bay de Conexão	(807)
Total	<u>(26.730)</u>

- a) Em 2020, por força de regulamentação setorial e conforme Contrato de Conexão firmado, foi concluída a transferência dos ativos da Subestação Tibagi 138 kV e Linhas de Transmissão associadas, construídas pela Companhia para a COPEL Distribuição, tendo sido formalizadas por meio de instrumentos próprios (Termo de compromisso e transferência de materiais/bens), tendo a Companhia recebido uma indenização como contrapartida.
- b) Em 2020, por força de regulamentação setorial, foi concluído o processo de doação do bay de conexão da UHE construído pela Companhia dentro da Subestação Tibagi 138 kV, de propriedade da COPEL Distribuidora, que foi transferido no montante de R\$807, nos termos de um Instrumento particular de doação (Termo de compromisso e transferência de materiais/bens).

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores de materiais e equipamentos	6.214	4.835
Retenções contratuais (a)	615	2.323
Outros fornecedores	<u>339</u>	<u>2.619</u>
Total	<u>7.168</u>	<u>9.777</u>

- (a) As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da usina conforme contratos firmados entre as partes. Nos contratos, há cláusula que prevê a retenção 5% do valor das medições aprovadas, sujeitas a atualização mensal pelo IPCA, os quais serão pagos pela Companhia após a conclusão do serviço pelo fornecedor.

9. DEBENTURES

<u>Modalidade</u>	<u>Último vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Debêntures	15/07/2035	IPCA + 5,3231%a.a.	<u>228.512</u>	<u>216.169</u>
Total			<u>228.512</u>	<u>216.169</u>
Circulante			<u>8.661</u>	<u>6.680</u>
Não circulante			<u>219.851</u>	<u>209.489</u>

Emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, tendo sido emitidas 210.000 (duzentos e dez mil) debêntures, as quais foram negociadas pelo seu valor nominal, de R\$1 mil.

Conforme disposto na Escritura de Emissão de Debêntures, o pagamento da remuneração aos debenturistas será efetuado em 31 parcelas intercaladas semestralmente, tendo a primeira parcela sido paga em 15/07/2020.

A seguir está apresentada a movimentação das debêntures:

Captação de debêntures	210.000
Encargos e atualizações monetárias	6.169
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>216.169</u>
Encargos e atualização monetária	20.993
Pagamento de juros e amortizações	<u>(8.650)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>228.512</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2022	9.929
2023	11.055
2024	11.035
2025	12.492
2026	14.174
2027-2035	<u>161.166</u>
Total	<u>219.851</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Como garantia da emissão de debêntures, a Companhia cedeu fiduciariamente aos debenturistas direitos creditórios de sua própria titularidade, bem como contratou fianças bancárias a serem emitidas por instituições financeiras em favor dos debenturistas (“Garantias da Operação”).

Em 23 de dezembro de 2020, considerando o cumprimento do evento de “Conclusão do Projeto”, atestado pelo Agente Fiduciário, a Companhia conseguiu a exoneração (baixa) da Fiança bancária junto a instituição financeira.

Além das garantias cedidas, a Escritura de Emissão de Debêntures e os contratos que regulam as Garantias da Operação determinam o cumprimento de condições específicas (*covenants*) de natureza financeiras pela Companhia, em especial a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20 ou superior, sendo que se estiver entre 1,10 e 1,20, a Companhia terá que cumprir outras condições previstas na Escritura de Emissão. O não cumprimento dos *covenants* e demais disposições contratuais sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado da dívida, bem como a reclassificação do saldo a vencer para o passivo circulante.

A companhia encontra-se adimplente com as exigências em 31 de dezembro de 2020.

10. PROVISÃO PARA GASTOS SOCIOAMBIENTAIS

Para a implantação e operação da UHE, a Companhia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no processo de licenciamento ambiental. Em 31 de dezembro de 2020, a composição do saldo segue abaixo:

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Programas de revegetação e supressão	(a)	1.826	2.696
Programas de compensação ambiental e indenizações	(b)	1.323	1.445
Monitoramento ambiental	(c)	<u>2.065</u>	<u>1.965</u>
Total		<u>5.214</u>	<u>6.106</u>
Circulante		3.130	2.013
Não Circulante		<u>2.084</u>	<u>4.093</u>
Total		<u>5.214</u>	<u>6.106</u>

- (a) Refere-se a serviços de supressão de vegetação necessárias à formação do reservatório da UHE Tibagi Montante, bem como à recuperação de Áreas de Preservação Permanente, conforme Condicionante da Licença de Instalação (LI).
- (b) Refere-se a compensações ambientais conforme previsto no artigo 17 da Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), bem como provisões para o cumprimento do previsto no art. 36 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e pagamento de indenizações, conforme condicionantes da Licença de Instalação (LI).
- (c) Refere-se a execução das atividades de monitoramento e conservação ambiental da UHE Tibagi Montante, conforme condicionantes e programas ambientais definidos na Licença de Operação (LO).

As provisões classificadas no passivo não circulante referem-se a estimativas de desembolso até 2023, prazo atual de validade da Licença de Operação (LO).

A movimentação do saldo da provisão é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.518
Adições	3.786
Pagamentos	<u>(10.198)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.106
Adições	790
Pagamentos	<u>(1.682)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>5.214</u>

11. PATRIMONIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é em 31 de dezembro de 2020, de R\$29.752, (em 2019 R\$79.055), representado por 38.442.852 ações ordinárias em 2020 e 2019, e 2.135.646 ações preferenciais em 2020 (em 2019 1.818.526), todas nominativas e sem valor nominal, inconversíveis em outras formas, distribuídas entre os acionistas da Companhia da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2020			31/12/2019		
	Ações			Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	%	Ordinárias	Preferenciais	%
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	27.974.863	-	68,94%	27.974.863	-	69,48%
Parh Participações em Hidrelétricas S.A.	10.467.989	-	25,80%	10.467.989	-	26,00%
Guartela Energia SPE S.A.	-	2.135.646	5,26%	-	1.818.526	4,52%
Total	<u>38.442.852</u>	<u>2.135.646</u>	<u>100,00%</u>	<u>38.442.852</u>	<u>1.818.526</u>	<u>100,00%</u>

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, conferem prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia, poderão ser resgatadas a critério da Companhia observadas as disposições do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas, além de fazerem jus a dividendo especial, calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

Ao lucro apurado pela Companhia no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, tal como disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá dividendos obrigatórios em conformidade com as regras previstas no Art. 202 da Lei 6404/1976. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente, conforme o caso.

Alterações societárias

11.a Aumento de capital

Na assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 21 de fevereiro de 2020 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$693, dos quais: (a) R\$100 foram integralizados mediante a capitalização de parte da reserva de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações; e (b) R\$593 foram integralizados pela acionista Guartela Energia SPE S.A. com bens imóveis, mediante a emissão de 317.120 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2020, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, no valor de R\$7.000, mediante a capitalização de recursos constantes da reserva de capital sem a emissão de novas ações.

Desta forma a Companhia apresentou um aumento de capital de R\$7.693 durante o exercício.

11.b Redução de capital

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 21 de fevereiro de 2020, também foi aprovada retificação com relação aos valores de alguns imóveis que haviam sido integralizados pela Guartela Energia SPE S.A. no capital social da Companhia, dentre outros ajustes, que resultaram na redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 662.

Em 30 de junho de 2020, foi deliberada uma redução de capital pelos acionistas da Companhia no valor de R\$9.086, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mediante pagamento da restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social da Companhia.

Em 11 de setembro de 2020, foi aprovada nova redução do capital social no valor de R\$22.314, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mediante pagamento da restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no social da Companhia.

Por fim, em 14 de dezembro de 2020, foi aprovada redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados pela Companhia ao longo do exercício social de 2019, no valor de R\$24.934, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia.

Desta forma a Companhia apresentou uma redução de capital de R\$56.996 durante o exercício.

11.c Dividendo Especial (ações preferenciais)

Conforme expresso no acordo de acionistas da Companhia, durante o período compreendido entre (i) o início da operação da UHE e (ii) a quitação do financiamento da Companhia, o titular das ações preferencias terá direito a um dividendo especial, prioritário e cumulativo, calculado com base nas regras dispostas no acordo de acionistas (“Dividendo Especial”).

Durante esse período, as ações preferencias não participarão da distribuição de qualquer remanescente do lucro da Companhia, de modo que não farão jus à distribuição de qualquer valor adicional a título de dividendos que não o Dividendo Especial.

Considerando que a Companhia não apresentou Lucro Contábil no exercício de 2020, o Dividendo Especial referente ao período não poderá ser pago, nos termos do art. 201 da Lei das SA, ficando acumulado para pagamento prioritário nos exercícios futuros em que a Companhia apresentar Lucro Contábil, conforme estabelece o art. 203 da Lei das SA.

Para 31 de dezembro de 2020, o Dividendo Especial foi calculado no valor de R\$212 conforme acordo de acionistas.

12. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda foi considerada provável ou possível pelos assessores jurídicos razão pela qual não foi constituída qualquer provisão ou necessidade de qualquer divulgação nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional bruta	47.220	9.364
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas:		
PIS	(307)	(60)
COFINS	(1.416)	(272)
Encargos Setoriais:		
TFSEE	(127)	-
CFURH	(521)	-
P & D	(324)	-
Total das Deduções da receita bruta	<u>(2.695)</u>	<u>(332)</u>
Receita operacional líquida (ROL)	<u>44.525</u>	<u>9.032</u>

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aquisição de energia	(1.758)	(544)
Serviços de terceiros	(4.313)	(4.252)
Salários	(2.191)	(1.864)
Depreciações e amortizações	(5.361)	(1.198)
Obrigações sociais	(740)	(1.593)
Doações	(a) (807)	(2.078)
Seguros apropriados	(880)	(582)
Aluguéis	(106)	(303)
Viagens e estadas	(98)	(437)
Encargos setoriais	(b) (4.463)	-
Tributos	(437)	(56)
Outras despesas	(620)	(992)
Indenizações	1.602	-
Total	<u>(20.172)</u>	<u>(13.899)</u>
Classificadas como:		
Custo de produção de energia	(10.999)	(1.306)
Gerais e administrativas	(7.844)	(9.882)
Pessoal	(2.931)	(2.711)
Outras receitas operacionais	1.602	-
Total	<u>(20.172)</u>	<u>(13.899)</u>

(a) Em 2020, por força de regulamentação setorial, foi concluído o processo de doação do bay de conexão da UHE construído pela Companhia dentro da Subestação Tibagi 138 kV, de propriedade da COPEL Distribuidora, que foi transferido no montante de R\$807, nos termos de um Instrumento particular de doação (Termo de compromisso e transferência de materiais/bens).

(b) Encargos Setoriais

		<u>2020</u>
TFSEE - Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica	(b.1)	(127)
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(b.1)	(521)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(b.1)	(324)
CCEE - Taxa associativa	(b.2)	(10)
RRH - Repactuação do risco hidrológico	(b.2)	<u>(3.727)</u>
TUSD - Tarifa de uso de sistema de distribuição	(b.2)	<u>(727)</u>

(b.1) Dedução de vendas

(b.2) Custos e despesas

Pesquisa e Desenvolvimento

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia recolheu ao FNDCT o montante de R\$216 e recolheu o montante de R\$108 ao MME.

A contabilização dos valores destinados a pesquisa e desenvolvimento regulados pela ANEEL deve ser efetuada no passivo, obedecendo ao regime de competência. Sobre as obrigações legais de aplicação de recursos em P&D regulados pela ANEEL, reconhecidas contabilmente, devem incidir juros, a partir do segundo mês subsequente ao seu reconhecimento, até o mês do lançamento contábil do gasto, segundo o princípio da competência, calculados mensalmente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), conforme Submódulo 5.6 do PRORET. Quando da aplicação dos valores nos projetos, estes devem ser contabilizados no ativo também pelo regime de competência. Na conclusão do projeto e apresentação do relatório final, o projeto é submetido a uma auditoria por parte da ANEEL, a qual aprova o encerramento do projeto. Feito isso, é realizado o encontro de contas entre ativo e passivo.

<u>P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - detalhamento</u>		<u>2020</u>
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(b.1)	(216)
MME - Ministério de Minas e Energia	(b.1)	(108)
ANEEL - Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento	(b.3)	(213)
ANEEL - Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - SELIC	(b.3)	(3)

(b.1) Dedução de Vendas

(b.2) Custos e Despesas

(b.3) Ativo Intangível

(c) Remuneração aos Administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve remuneração aos administradores no total de R\$543 (2019: R\$658).

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	1.258	516
Variação monetária ativa	<u>1.188</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>2.446</u>	<u>516</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros	(11.736)	(1.839)
Variação monetárias passiva	(10.634)	(2.308)
Outras despesas financeiras	(2.640)	(805)
Subtotal	<u>(25.010)</u>	<u>(4.952)</u>
Total	<u>(22.564)</u>	<u>(4.436)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	<u>Imposto de renda 2020</u>	<u>Contribuição Social 2020</u>
Receita bruta de vendas	47.220	47.220
Percentual de presunção de lucro		
Vendas dos produtos	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	3.778	5.666
<u>Outras receitas:</u>		
Receitas financeiras	<u>2.446</u>	<u>2.446</u>
Total	<u>2.446</u>	<u>2.446</u>
Base de tributação	6.224	8.113
Imposto de renda - 15%	(934)	-
Imposto de renda adicional - 10% (*)	(598)	-
Contribuição social - 9%	-	<u>(730)</u>
Total	<u>(1.532)</u>	<u>(730)</u>

(*) Calculado sobre a parcela da base de tributação que excede o valor de R\$240 mil.

	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.303)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas combinadas	<u>3.136</u>

31/12/2019

Ajustes para determinação da despesa:	
Adições-	
Doações	(707)
Subtotal	2.429
Imposto de renda diferido ativo não constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa	(2.429)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-

17. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Responsabilidade civil	Responsabilidade Civil Geral (fase de Operação)	80.000	04/10/2021
Riscos de engenharia	Período de Manutenção Corretiva – Obras Civas em construção e Instalação e Montagem.	159.894	05/12/2021
Riscos operacionais	Cobertura para prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias Primas, durante a operação do empreendimento	278.358	04/10/2021

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo.

	Valor contábil e valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019
	0	9
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	8.838	19.412
Aplicações financeiras	42.259	32.289
Contas a receber de clientes	5.437	3.484
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	7.168	9.777
Empréstimos e financiamentos	228.512	216.169

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	8.838	8.838	19.412	19.412
Aplicações financeiras	42.259	42.259	32.289	32.289
Contas a receber de clientes	5.437	5.437	3.484	3.484
Total	<u>56.534</u>	<u>56.534</u>	<u>55.185</u>	<u>55.185</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	7.168	7.168	9.777	9.777
Empréstimos e financiamentos	228.512	228.512	216.169	216.169
Total	<u>235.680</u>	<u>235.680</u>	<u>225.946</u>	<u>225.946</u>

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI e outros ativos de renda fixa, relativos às taxas de juros das aplicações financeiras. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco da taxa de flutuação da CDI e fundos de investimento, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 era:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicação financeira em CDB	22.839	12.997
Fundo de investimento	<u>28.008</u>	<u>38.690</u>
Total	<u>50.847</u>	<u>51.687</u>

As aplicações financeiras possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram, portanto, os valores de mercado são iguais aos valores contábeis. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e respeitando o cumprimento das cláusulas contratuais previstas em contratos de empréstimos e financiamentos.

e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o financiamento existente e a geração de caixa da Companhia.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos principais ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos.

A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	7.168	-	-	-	-	7.168
Outras contas a pagar	1.625	-	-	-	-	1.625
Empréstimos e financiamentos	<u>8.661</u>	<u>9.929</u>	<u>11.055</u>	<u>11.035</u>	<u>187.832</u>	<u>228.512</u>
Total	<u>17.454</u>	<u>9.929</u>	<u>11.055</u>	<u>11.035</u>	<u>187.832</u>	<u>237.305</u>

f) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras vinculados ao CDI. O saldo de aplicações financeiras atreladas ao CDI é de R\$50.847. A Administração considera que a exposição ao CDI não possui alta sensibilidade.

g) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve alterações que impactassem no negócio da Companhia.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do resultado por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado	(473)	(9.301)
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	38.443	38.443
Média ponderada das ações preferenciais disponíveis (em milhares)	2.091	1.819
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	(0,000)	(0,000)
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	0,606	(0,122)

O resultado por ação não se confunde diretamente com os dividendos, os quais possuem metodologia específica para o cálculo.

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A seguir as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para gastos socioambientais - imobilizado	790	3.786
Retenção de fornecedores - imobilizado	230	2.323
Aumento de Capital com Bens Imóveis	593	-
Redução de capital com absorção de prejuízos	24.934	-
Aumento de capital com reservas	7.100	-

21. COMPROMISSOS

A Companhia possui contrato de venda de energia celebrados e, por isso, tem a obrigação de fornecê-la aos compradores conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

22. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas presentes demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2021, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.